

17.dezembro.2014 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Conselho Nacional de Educação (CNE)**
Professor Doutor David Justino (Presidente)
Dr. Miguel Miguéns (Secretário-Geral)

Recebidos por: Deputados Diana Ferreira (PCP), Nilza de Sena, Isilda Aguincha, Maria José Castelo Branco, Pedro Pimpão, João Prata (PSD), Elza Pais, Odete João, Agostinho Santa (PS) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP).

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

Exposição: A Sra. Deputada Diana Ferreira (relatora desta temática) fez um breve enquadramento da audição, mencionando que estão a ser ouvidas várias entidades tendo em vista a recolha de contributos para a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#).

O Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) agradeceu o convite para a audição e esclareceu que o CNE não tem doutrina sobre esta matéria, pelo que a posição que assumir vincula apenas o Presidente. Após uma breve referência à evolução demográfica registada em Portugal, nos últimos anos, considerou que o aumento da emigração e a redução do número de nascimentos são fatores que contribuem para a diminuição demográfica, que se vem registando nos últimos anos.

Considerou que o foco não deverá incidir na natalidade, entendendo que o problema da maternidade e paternidade se afigura da maior importância, fazendo, a este propósito, alusão ao último inquérito efetuado neste âmbito, que revelou que a fecundidade esperada é muito superior à fecundidade efetiva. Assim, entende que é fundamental perceber o que se alterou na sociedade portuguesa que justifique a alteração do padrão e aferir se existem constrangimentos que limitam a concretização do desejo.

Considerou que existem dois grandes problemas, sendo que o primeiro reside no adiamento da natalidade, o que reduz a possibilidade de ter mais do que um filho, e o segundo diz respeito à confiança das pessoas nas instituições.

Relativamente às medidas a tomar, considerou que a tónica deverá ser colocada em duas questões fundamentais: a primeira diz respeito às condições da paternidade, nas quais se incluem a compatibilização da vida profissional e familiar e o problema da discriminação das mulheres no mercado de trabalho. A segunda diz respeito às políticas para a infância e à criação de condições que gerem confiança às famílias, nomeadamente no que se refere ao alargamento da rede de creches e jardins de infância e ainda no que concerne aos incentivos às empresas. Concretizando, considerou não existir necessidade de criar novas instituições, bastando alargar as condições, por exemplo através de contratos simples, entendendo que esta medida gera mais confiança que os incentivos fiscais, que são subsumidos nos rendimentos das famílias.

Para terminar, fez ainda referência à reflexão efetuada sobre esta temática, por ocasião da conferência internacional organizada pela Presidência da República - [Portugal e os Jovens](#) -

[Novos Rumos, Outra Esperança](#)”, que contou a participação de especialistas nacionais e estrangeiros.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD), que fez um breve enquadramento do trabalho que está a ser desenvolvido neste âmbito e que resulta da preocupação do PSD em relação a um problema, que considera estrutural para a sociedade portuguesa. Fez referência à forma como outros países europeus estão a lidar com esta questão e solicitou a posição do Presidente do CNE sobre a proposta, já aventada por algumas entidades, de os pais que participam mais ativamente nos órgãos das escolas poderem usufruir de uma maior flexibilidade em relação ao horário de trabalho.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) saudou o Sr. Presidente do CNE pela excelente análise que efetuou e afirmou que a degradação das condições de vida das famílias não se compadece com o desejo de terem filhos. Fez referência aos problemas de emigração e imigração e às políticas de igualdade de género, defendendo, a este respeito, que as políticas de paternidade devem ser assumidas e não apenas as de maternidade. Considerou ainda fundamental uma política de promoção da conciliação da vida familiar e profissional e o alargamento da rede de creches e jardins de infância.

A Sra. Deputada Odete João (PS) referiu-se à comparticipação pública às creches e jardins de infância, questionando o Sr. Presidente do CNE sobre se o modelo deve ser aprofundado ou se, pelo contrário, deverá ser alterado.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) considerou que a discussão sobre esta matéria deverá ter em conta duas vertentes: a primeira diz respeito ao apoio às famílias e a segunda aos incentivos à natalidade. Defendeu que o problema atual resulta de uma conjugação de fatores e que o Estado deve começar por eliminar barreiras impostas às famílias, apontando o exemplo do coeficiente familiar como muito positivo. Referiu-se à necessidade de uma maior cobertura na rede de creches e jardins de infância, reconhecendo, no entanto, que o alargamento de contratos simples constitui uma solução que exige dinheiro. Terminou, questionando sobre a organização do ano letivo e sobre uma eventual alteração ao calendário escolar.

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) considerou que a discussão não deve limitar-se ao aumento da natalidade, entendendo que são necessárias condições para que as famílias não tenham de adiar o nascimento do primeiro filho e para que não tenham de prescindir da sua carreira.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a disponibilidade e considerou que a questão em discussão não está desligada das condições económicas do país, que resultam das opções dos anteriores governos. Defendeu que a instabilidade no emprego, os baixos salários e os elevados níveis de desemprego constituem fatores que determinam o adiamento da decisão dos casais de terem filhos. Terminou, perguntando se a estabilidade no emprego e o respeito pelos direitos fundamentais contribuiriam para melhorar a realidade que temos em relação à natalidade.

O Sr. Presidente do CNE considerou que o agravamento das condições de vida conduz ao adiamento da maternidade, mas não à sua eliminação, provocando esse adiamento uma redução do número de nascimentos. Lembrou ainda que parte da quebra de natalidade se deve ao facto de Portugal se ter tornado menos atrativo, em termos de fluxos migratórios, e considerou que a economia não produz as oportunidades que as expectativas criaram, pelo que será crucial um maior crescimento económico para gerar um maior número de empregos.

Defendeu a necessidade de a rede pública ser aproveitada e rentabilizada, para poder chegar a todos, e considerou ainda dever ser repensada a questão da conciliação entre a vida profissional e familiar, entendendo que o Estado vai ter de aumentar, inevitavelmente, a sua



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

despesa sobre estes dois setores. Quanto ao modelo de financiamento, entende que deve ser alargado, sendo que, em muitos casos, a comparticipação não é suficiente. Concluiu, afirmando que a criação de incentivos para o 2.º filho seria um passo importante.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, está disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 17 de dezembro de 2014

A assessora
Cristina Tavares